

Formulário do Cliente / (Pessoas coletivas)

Elementos a solicitar ao abrigo da Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto
Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo



1- IDENTIFICAÇÃO DO CLIENTE

Denominação social:

Natureza Jurídica:	Objeto Social:	NIPC ou nº equivalente	País da constituição
Morada	Sede Fiscal	Sucursal	Estabelecimento estável
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Inserir morada			
Código Postal	Localidade		
Retenção IRC ?	Ao abrigo:	Código CAE ou equivalente	Nº Certidão Registo Comercial
SIM NÃO			
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
Contactos			
Email	telefone	telemóvel	

2- IDENTIFICAÇÃO DOS TITULARES DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO / órgão equivalente

Certidão comercial permanente

3- BENEFICIÁRIO EFETIVO

Código do Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE)¹:

4- REPRESENTANTE LEGAL²

Identificação do representante legal do cliente:	Forma de representação	Se outra indicar qual:
Documento de identificação:		
Cartão de Cidadão	Bilhete Identidade	Aut. de Residência
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Passaporte	Outro	Indicar qual:
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Nº Documento	Data de emissão	Data de Validade
Emitido por	NIF	
Contactos:		
Email	Telefone	Telemóvel

5- OBJETIVO DA ATIVIDADE IMOBILIÁRIA - CLIENTE

Natureza da Transação	Finalidade da Transação	Origem / Proveniência dos Fundos	Meios de Pagamento

"Para maior eficiência, a IP imprime a preto e branco"

lv01

IPP/MOD. X

1 - Consultar o registo central do beneficiário efetivo nos termos do art.º 29º da Lei n.º 83/2017, 18 de agosto e da Lei n.º 89/2017.

2 - Juntar a Procuração devidamente assinada pelo mandante com assinaturas reconhecidas.

Formulário do Cliente / (Pessoas coletivas)

Elementos a solicitar ao abrigo da Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto
Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo



6- DOCUMENTOS ADICIONAIS

A Pessoa Coletiva deve juntar ao presente formulário os seguintes documentos (obrigatórios):

<input type="checkbox"/> Certidão do registo comercial / ou documento equivalente	<input type="checkbox"/> Declaração de retenção na Fonte de IRC (se aplicável)	<input type="checkbox"/> Declarações de não dívida à Autoridade Tributária e à Segurança Social (se aplicável)
<input checked="" type="checkbox"/> Cópia da declaração de beneficiário efetivo (RCBE)	<input type="checkbox"/> Orçamento-interv. a cargo do cliente (se aplicável)	<input type="checkbox"/> Procuração assinada pelo mandante (se aplicável) ³

☐ Declaro que a informação constante neste formulário é correta e verdadeira e autorizo a sua comprovação pela IPP ou a solicitação de elementos complementares que julguem necessários a fim de assegurar o cumprimento dos deveres a que está legalmente vinculada no âmbito da legislação e regulamentação sobre o Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo.

Mais declaro ser da minha exclusiva responsabilidade a veracidade dos elementos constantes no presente formulário, sob pena de incorrer em crime de falsas declarações.

Tomei conhecimento que:

☐ Os dados pessoais recolhidos e constantes neste documento serão registados e mantidos durante o período de 7 (sete) anos, após o momento em que a Identificação do Cliente se processou ou, no caso das relações de negócio, após o termo das mesmas, tendo as empresas do Grupo IP base de licitude (pré – contratual/ contratual) no tratamento dos referidos dados na qualidade de responsáveis de tratamento. As recolhas destes dados têm como finalidade, a prevenção e combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo. Neste âmbito, as empresas do Grupo IP, asseguram aos titulares dos dados a possibilidade de exercício dos seus direitos, designadamente, o direito de acesso, assim como, os direitos de informação, oposição, portabilidade, retificação, apagamento ou limitação do tratamento, através do canal “ fale connosco” disponível no site www.infraestruturasdeportugal.pt.

O Encarregado de Proteção de Dados (EPD) do Grupo IP, poderá ser contactado através do correio eletrónico: dpo@infraestruturasdeportugal.pt e o titular dos dados tem ainda o direito de apresentar reclamação junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd).

Data e local

Assinatura do Cliente / Representante Legal:

- a) Em caso de assinatura física:
- imprimir, rubricar e assinar conforme documento de identificação.
 - o original deverá ser entregue à IPP.
- b) Em caso de assinatura digital:
- “salvar como” em formato PDF e proceder à assinatura digital do documento com aplicação “autenticacao.gov” ou equivalente.
 - devolver o ficheiro do formulário preenchido e da respetiva cópia, em formato PDF, assinada.

Nota geral: todas as assinaturas físicas têm de ser reconhecidas.

A preencher pelos serviços:

Nº de Cliente	Nível de Risco ⁴	DMS 4XX	Gestor Comercial
Natureza da Transação	Prazo (a)		Valor da Contrapartida (b)
	de	até	

Data:

Assinatura do Gestor Comercial:

Notas:

(a): Prazo da totalidade do contrato, incluindo renovações;

(b): Valor da Contrapartida:

i) Alienações: valor de escritura

ii) outros: valor total da contrapartida no período referido em (a)

3 - Obrigatório em todas as formas contratuais exceto nos procedimentos de venda (que não o de apresentação propostas por carta fechada).

4 - Periodicidade de atualização de dados: Nível 1 (mais baixo) – 3 em 3 anos / Nível 2 (mais elevado) – 5 em 5 anos.